

Formação de Professor e a Educação do Campo: Reflexões Sobre Educação Ambiental

Teacher Training and Field Education: Reflections on Environmental Education

Marcielen Oliveira Pantoja¹, Jean Carlos Matos de Sousa², Eduardo Manuel Soares Cardoso¹, Tatiane Cardoso de Souza³, José Wilton Serrão Nascimento¹, Magali Rosane Vasconcelos Ferreira¹, Ediliane Quaresma Moraes Lobato³, José Francisco da Silva Costa^{1*}

RESUMO

Esse artigo procura verificar a formação de professor e a educação do campo enfatizando reflexões sobre Educação Ambiental. Nesse sentido, enfatiza uma abordagem à educação ambiental nos contextos escolar e rural, os sujeitos da educação do campo e o meio ambiente, a política nacional de educação ambiental na formação dos professores, a educação ambiental na formação dos professores e a construção do currículo e a geração à transformação. Percebe-se, de acordo essa abordagem, que a escola representa o lugar onde ocorre a inserção das práticas educacionais inerentes ao meio ambiente, tendo em vista que a formação profissional se torna essencial para promoção de um processo de ensino e aprendizagem eficaz, principalmente quando a educação ambiental se torna o centro da conscientização e valorização para o ambiente educacional. Levando em consideração o contexto dessa temática ambiental, a escola passa a ser vista como o principal cenário que permeiam reflexões à questão do meio ambiente como a preservação e a valorização. Conclui-se a pesquisa considerando que a escola representa um excelente ambiente para que o professor venha cada vez mais aprofundar a discussão sobre a importância da inserção de disciplinas relacionadas à educação ambiental, sem, no entanto, que ele mesmo também deve seguir uma trajetória dinâmica de formação continuada para criação de inovações metodológicas tão essenciais para o processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação ambiental; Formação de professores; Cidadão do campo.

ABSTRACT

This article seeks to verify teacher training and rural education, emphasizing environmental education. In this sense, it emphasizes an approach to environmental education in school and rural contexts, the themes of rural education and the national environment, national environmental education in teacher training, environmental education in teacher training and the construction of the curriculum and the generation to political transformation. The teaching environment, according to the approach, occurs that the school represents the place where it perceives the insertion of practices, having a significant way in view that professional training becomes essential for the promotion of the learning process and especially when

¹ Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, Pará – Brasil.

* E-mail: jfsc@ufpa.br

² Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Amazonas

³ Universidade do Estado do Pará, Moju, Pará – Brasil.

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Abaetetuba, Pará – Brasil.

environmental education becomes the center of awareness and appreciation for the educational environment. Taking into account the context, the school becomes environmental as the main scenario that permeate the context to the issue of the environment as a preservation and an appreciation. A research is concluded considering that a school represents an excellent environment in which the teacher will increasingly deepen a reflection on the insertion of disciplines related to environmental education, without, however, that he himself must also follow a dynamic trajectory of formation continuous effort to create methodological innovations so essential for the process and learning.

Keywords: Environmental education; Teacher training; Citizen of the countryside.

INTRODUÇÃO

O tema meio ambiente, conforme propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é um tema transversal e a Educação Ambiental deve estar presente em todos os espaços que educam o cidadão. Na zona rural ou na cidade, é de fundamental importância seu discurso, uma vez que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida com a natureza e o uso dos seus recursos naturais disponíveis.

A forma como a educação ambiental vem sendo discutida e incentivada demonstra a necessidade de sua inclusão no currículo da educação básica através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). A educação ambiental representa o alicerce de toda a educação e do aprendizado futuro, pois desempenha o papel da interdependência entre o ambiente natural e o sociocultural abrangendo valores diversificados e contextualizados (Aquino, 2003).

A sociedade e as instituições públicas devem estimular, através de uma educação ambiental, uma nova consciência acerca das relações com o seu ambiente e produzir novas condutas capazes de levar as pessoas a se envolverem com as questões ambientais.

Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) criados pelo Ministério da Educação, da Cultura e do Desporto (MEC) em 1998, recomendam que a Educação Ambiental seja introduzida no currículo do ensino básico e sugerem que o conhecimento dos problemas ambientais e de suas consequências desastrosas para a vida humana é importante tanto para promover uma atitude de cuidado e atenção a essas questões, como para valorizar ações preservacionistas e aquelas que proponham a sustentabilidade como princípio para a construção de normas que regulamentem as intervenções econômicas (BRASIL, 1998).

Assim, o trabalho possui como objetivo principal verificar a formação de professor e a educação do campo enfatizando reflexões sobre educação ambiental tão

relevante para conscientização para o espaço escolar. Dessa maneira, esse trabalho realiza uma abordagem enfatizando, a Educação Ambiental no contexto escolar e rural; os sujeitos da educação do campo e o meio ambiente, a política nacional de Educação ambiental na formação dos professores e na sua formação, destacando a relevância que essa educação representa para a sociedade escolar, no sentido de valorização e preservação do meio ambiente.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Convém em primeiro lugar, tecer algumas considerações acerca da palavra educação, pois esta direciona a essência do fazer educação ambiental. A palavra educação é resultado do ato de amor e coragem, que está embasada no diálogo, na discussão e no debate. O homem vive em constante aprendizado, não havendo “ignorantes absolutos”, já que existe diferentes saberes, alguns sistematizados, outro não e desse modo, deve-se educar o indivíduo em diferentes vertentes, tanto sob a ótica do ambientalismo, como das próprias correntes pedagógicas educativas, bem como para o ato político.

As escolas do campo apenas têm preparado os estudantes para o mercado de trabalho e não para terem uma vida de qualidade, uma vez que os conteúdos trabalhados não estão interligados à realidade social, natural, política, cultural e econômica a qual a escola está inserida. Essas escolas estão envolvidas pelo ambiente natural e por pessoas com necessidades educacionais diferenciadas das escolas da cidade, já que as pessoas do campo não usufruem as mesmas oportunidades de desenvolvimento socioambiental e acabam vendo a escola como uma oportunidade para se ter uma vida mais digna.

Partindo da realidade contemporânea, segundo Jesus et al (2007), a escola necessita ter:

Compromisso com o sistema de valores básicos para a vida e para a convivência. Isto é, a incorporação explícita dos valores éticos que favorecem e tornam possível uma vida mais humana em sociedade: valores capazes de dotar de sentido a existência e o projeto de vida pessoal dos alunos; valores que abram a possibilidade para construir, em seu presente e futuro, uma convivência mais feliz, harmônica e esperançosa (JESUS et al, 2007, p. 45)

Sendo assim, a Educação Ambiental na escola contribui para a construção desses valores, pois ela deve buscar através de situações- problemas, fazer a associação entre os

assuntos ministrados em sala de aula com a realidade em que os estudantes estão inseridos. Dessa forma, os estudantes passam a refletir sobre suas práticas e a agir de forma consciente de seus atos individuais e coletivos no meio em que vivem. Para isso, o professor deve desenvolver um trabalho diferenciado, voltado para o ambiente natural e social que envolve a vida dos educandos, contextualizando esta realidade. Seguindo essa linha de raciocínio, Caldart et al (2005, p. 52-53) nos diz que “a escola precisa desenvolver um projeto educativo contextualizado, que trabalhe a produção do conhecimento a partir de questões relevantes para intervenção social nesta realidade.”

Para Jesus et al (2007, p. 48),

A Educação Ambiental é importante na formação do indivíduo porque abre uma perspectiva vital através do manejo das diversas variáveis da dinâmica da vida, além de conseguir coloca-lo como ser natural e, por sua vez, também como um ser social. Essa dupla visão é a que vai permitir ao indivíduo ser consciente de sua realidade e dinamizar o processo de mudança, buscando sempre o equilíbrio do seu entorno (dimensão ambiental). (Jesus, 2007, p. 48)

Ao se tratar da formação dos discentes, é necessário que a escola perceba que seu papel, no que diz respeito à Educação Ambiental, segundo TRAVASSOS, 2004,

Não se reduz simplesmente a incentivar a coleta seletiva do lixo, em seu território ou em local público, para que seja reciclado posteriormente. Os valores consumistas da população tornam a sociedade uma produtora cada vez maior de lixo. A necessidade que existe é, na verdade, de mudanças de valores. (Travassos, 2004, p. 38)

É importante ressaltar que o ensino da educação ambiental para o cidadão do campo sensibiliza-os para a importância do nosso patrimônio histórico ecológico, possibilitando-lhes acesso à aprendizagem através da vivência e do contato direto com a natureza. Estimulando-lhes a mudança de atitudes e hábitos através da compreensão dos seus limites e potencialidades, assim como, o desenvolvimento de uma consciência ética, que os possibilita a entender e respeitar mais a si próprios e ao planeta.

Na escola, a Educação Ambiental desenvolvida desde os anos iniciais do Ensino Fundamental ajuda os alunos a serem conscientes, críticos, reflexivos e atuantes na sociedade. Consciente de sua existência como ser natural e social ao mesmo tempo, capazes de reconhecer que seus atos individuais e coletivos precisam ser analisados e muitas vezes, ser mudados para a convivência na sociedade, capazes de entender o porquê

dos fatos sociais acontecerem de determinada maneira e não de outra e, assim se necessário capazes de buscar soluções para as questões que diariamente aparecem em nossa vida.

Numa perspectiva popular, a Educação Ambiental além de questionar a qualidade de vida envolvendo aspectos da vida cotidiana, explicita as interdependências entre ambiente e sociedade. Deste modo, a Educação Ambiental corresponde ao ideário da Educação do Campo, para qual o papel da escola é:

[...] ajudar a construir um ideário que orienta a vida das pessoas e inclui também as ferramentas fundamentais de uma leitura mais precisa da realidade em que vivem. [...] E isso tudo para tornar consciente, explicitar, interpretar, questionar, organizar, firmar ou revisar idéias e convicções mais próximas, sobre si mesmo (CALDART, 2004, p. 41).

Caldart (2004, p.39), diz que:

A escola costuma ser um dos primeiros lugares em que a criança experimenta, de modo sistemático, relações sociais mais amplas das que vive em família, e de uma intencionalidade política e pedagógica nessa dimensão pode depender muitos dos traços de seu caráter, muitos dos valores que assuma em sua vida. Mesmo as crianças que têm cedo uma experiência social muito densa, que é de participar com suas famílias de movimentos sociais, como é o caso das crianças sem-terra, por exemplo, é na escola que costumam encontrar o espaço para trabalhar reflexiva e economicamente as relações sociais vividas nas lutas pela terra, e então incorporá-las como traços culturais em sua vida infantil, e talvez também depois. (CALDART, 2004, p. 39)

Sendo assim, a escola acaba por adquirir um papel fundamental e muito importante na vida dos moradores do campo, em especial na vida das crianças, pois a educação escolar pode contribuir de maneira positiva ou negativa na formação dos educandos. Embora, as relações interpessoais entre professor e aluno sejam inseparáveis dos atos educativos, deve-se “pensá-las não apenas como relação indivíduo-indivíduo para formar indivíduos, mas sim como relações entre pessoas culturalmente enraizadas, para formar pessoas que se constituem como sujeitos humanos e sociais” (CALDART, 2004, p. 34).

A escola precisa enxergar as crianças como sujeitos sociais e por esse motivo precisam de conhecimentos relacionados à sua realidade, sobretudo, esses conhecimentos não podem ser apenas reproduzidos, eles precisam ser indagados pelos estudantes para que possam conhecer melhor o seu ambiente. Entretanto, para que isso aconteça, o

professor deve criar momentos em que leve a criança a investigar os fatos sociais de sua realidade e posteriormente de seu país e do mundo. Como nos remete Caldart (2004), p. 35: “O professor necessita ser na escola um educador cujo papel principal é o de fazer e pensar a formação humana, seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou idosos”.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO RURAL

No momento histórico o qual estamos vivendo, entendemos que a educação pensada para o campo não pode ser entendida como educação rural, pois a educação rural atende aos interesses da classe dominante, onde os estudantes não são estimulados a refletir o porquê dos fatos naturais e sociais acontecerem de determinada maneira e não de outra, como também, não são instruídos para buscarem alternativas diante dos problemas que aparecem em nossas vidas (FONSECA E MOURÃO, 2008). As autoridades políticas e muitas vezes a própria escola discriminam os camponeses, enxergando-os como pessoas inferiores e que não necessitam de muito conhecimento para viverem no campo. Essa maneira de olhar as pessoas que habitam o campo tem acelerado o processo de exclusão social e muitos acabam trocando o campo pela cidade, na esperança de uma vida melhor.

Na perspectiva do contexto rural, a necessidade de se discutir problemas ambientais e propostas de educação que visam atender a esta demanda, mostra-se cada vez mais plausível e extremamente pertinente, haja vista que acentuados problemas advindos da crise ambiental global por hora refletem no espaço rural ou emergem desta realidade. A agricultura, a pecuária, a avicultura dentre outros meios de produção, oriundos do espaço campestre, sendo estes fatores indispensáveis para a economia e movimentação do mercado interno e externo brasileiro, ocupam assim, a base indispensável para o desenvolvimento do país.

Os impactos ambientais que afetam o espaço rural têm fortes influências na vida do homem do campo. Podemos referenciar a modernização tecnológica, que ganhou perceptível proporção no processo de produção agrícola. As novas técnicas, máquinas e ferramentas avançadas favorecem a produtividade dos agropecuaristas, desfavorecendo assim, o trabalhador, que logo é substituído por essa tendência tecnológica, alimentando o desemprego e o êxodo rural.

Para Marcatto, (2002)

No seguimento da práxis pedagógica, a dimensão ambiental tem como meta a aprendizagem. Esta que motivará o indivíduo a reconhecer, valorizar e compreender melhor a natureza, buscando novas formas de relacionamento, pautado no princípio do respeito e integração ambiental. (MARCATTO, 2002, p. 41).

No contexto rural, faz-se necessário identificar de que forma as escolas têm tratado esse tema, o qual por si só é relevante e complexo, haja vista que “todos” necessitam de orientação adequada para permitir a sustentabilidade dos recursos naturais e do próprio meio ambiente, visando garantir a manutenção da qualidade de vida. ARROYO & FERNANDES, 1999, nos remete que “É importante frisar que ao negar qualquer tipo de informação ou educação referindo-se ao povo do campo é uma exclusão e desigualdade.”

O cidadão do campo deve compreender os fenômenos que são causados no meio ambiente, fenômenos esses muitas vezes causados pela ação do homem, como o campesino está em contato direto com a natureza e depende dela para sua sobrevivência, este deve conhecer, compreender e saber intervir de forma positiva para garantir a manutenção e o equilíbrio do meio ambiente, assim como sua qualidade de vida. A comunidade camponesa defronta-se com um ambiente que se deteriora drasticamente. O aquecimento global, tema este polêmico e por muitos ignorados, influencia intensamente na produção rural, seja no desequilíbrio temporal ou climático, que desfavorece o plantio, a colheita, quanto na produção irresponsável de gases nocivos a vida no planeta.

Sendo que os mentores desta ação são representantes de grandes corporações industriais, obcecados por seus interesses econômicos. Para Cruz (2011, p.13), “a atividade fundada no modelo econômico desconsidera o tempo de que os ecossistemas necessitam para se autoproduzirem, bem como, para absorverem os detritos produzidos pela sociedade industrial”. As fortes chuvas, fruto do desequilíbrio ambiental, provocam arrasadoras enchentes que destroem safras, matam criações de gados, aves etc. Com isso, elevam-se os preços dos alimentos, pois na escassez da produção o mercado fica em alta e segundo Boff (2012), fortalece a emigração de populações inteiras na disputa por espaço e recursos. Os conflitos emergidos da pobreza, da crise ambiental será o pontapé para a mudança global, como cita Cruz:

O debate acerca da crise ambiental é atravessado por interesses em conflito: conflitos entre diferentes grupos sociais, conflitos de competência entre esferas de governo e conflitos entre leis ambientais que repercutem na prática social, na medida em que o discurso

fundamenta as ações desenvolvidas pelos diferentes segmentos da sociedade. (CRUZ, 2011, p. 36)

Partindo dessa realidade em que o homem do campo vive, é necessário pensar em uma Educação que dê sentido a formação humana. Diante desse fator importante dizemos que o sentido básico da prática educativa é pensar na formação de sujeitos historicamente enraizados em situações que envolvem relações individuais e coletivas no ambiente social e/ou natural. Sendo assim, opções pedagógicas da escola têm suma importância para o alcance dessa premissa educacional, pois elas são capazes de aproximar ou distanciar esses sujeitos da sua realidade vivida.

Para Jara (1998),

a promoção do desenvolvimento rural sustentável se firmará a partir da adequação de políticas, marcos de atuação e diretrizes que sejam: tecnicamente viáveis; economicamente rentáveis; socialmente equitativas; institucionalmente executáveis; ambientalmente sustentáveis. Também cita os desafios para se tirar a agricultura familiar da penúria: “romper com os relacionamentos excludentes, mudar a cultura política, modernizar as instituições, construir modelos decisórios locais participativos e promover um clima de aprendizagem contínua e de informação entre as organizações” (JARA, 1998, p. 71).

Enfim, a organização e o desenvolvimento sustentável do cidadão camponês serão provenientes de um empoderamento de direitos, da autonomia conquistada e do enfrentamento estabelecido frente às reais situações/organismos que subestimam a consciência ambiental e marcham contra os interesses de um mundo mais justo, solidário, equitativo e ambientalmente sustentável.

OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E O MEIO AMBIENTE

Para Caldart, 2005,

A educação do campo tem como particularidade, o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ela é educação, formação de seres humanos.

Para a autora, a educação do campo dialoga com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, porém preocupada com a educação do conjunto da

população trabalhadora do campo e, de forma mais ampliada, com a formação humana. E, sobretudo, busca construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele. Por outro lado, a ausência de políticas públicas voltadas para o cidadão do campo ocasiona o aumento da pobreza, a degradação da qualidade de vida, o aumento da desigualdade social, da exclusão, entre outros problemas. Resgatando mais uma vez a visão de Caldart (idem, p. 3),

Neste mesmo contexto a situação em relação à educação: ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação e à escola para os camponeses/trabalhadores do campo; ao mesmo tempo a emergência de lutas e de sujeitos coletivos reagindo a esta situação social; especialmente as lutas camponesas, e entre elas, a luta pela terra e pela Reforma Agrária; também o debate de uma outra concepção de campo e de projeto de desenvolvimento que sustente uma nova qualidade de vida para a população que vive e trabalha no campo; vinculadas ou não a estas lutas sociais, a presença significativa de experiências educativas que expressam a resistência cultural e política do povo camponês frente às diferentes tentativas de sua destruição. (CALDART, 2004, p. 3)

A educação oferecida nas escolas das áreas rurais apresenta problemas graves de origem, pois foi planejada a partir da escola urbana. A maioria das escolas, principalmente da zona rural, encontram-se em situação de abandono, má conservação dos prédios por falta de apoio político. Em diversas localidades as prefeituras destinam condução para as crianças estudarem nas cidades, porém, em alguns distritos esse meio de transporte não funciona por razões diversas. Muitas vezes as crianças enfrentam um longo e perigoso trajeto devido às péssimas condições dos transportes destinados a transportá-las às escolas.

Conforme Kolling et al (1999),

É que as crianças das áreas rurais são colocadas em classes separadas das crianças das cidades, o que segundo os autores, reforça a dicotomia ainda presente na sociedade. Em alguns casos, quando são colocadas na mesma sala, normalmente são consideradas atrasadas pelos colegas e por alguns professores das escolas localizadas nas áreas urbanizadas, que ainda concebem o urbano como superior, moderno e, portanto mais atraente. Tal situação leva estas crianças a assumirem valores e condutas não recomendáveis e perigosas. (KOLLING et al., 1999, p. 13)

É evidente a importância do papel dos órgãos governamentais voltados à educação do campo na construção de políticas públicas para garantir o direito de crianças e adolescentes a uma educação de qualidade, ao bom espaço físico da escola, a tecnologias

e projetos voltados para trabalhar a educação ambiental com os alunos. Pois, a escola é onde os saberes do meio ambiente no meio rural devem ser apropriados pelo sujeito, que muitas vezes está fora desse circuito.

A proposta de Brasil (1997),

Ressalta que é necessário formar cidadãos conscientes para trabalharem a realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar individual e da sociedade, tanto em nível local como global. Para isto, a escola deve entre outras coisas trabalhar com a formação de valores. (BRASIL, 1997, p. 31)

Apesar da proposta de integração da educação ambiental nos currículos escolares pode-se dizer que tal inclusão ainda se encontra ausente dos programas voltados para as escolas das áreas rurais.

Assim, torna-se fundamental ampliar a perspectiva de uma educação específica das escolas do campo a partir de seus sujeitos; que incorpore seus valores, buscando construir estratégias pedagógicas que promovam transformações, resgatando o campo para além do espaço da produção. Ou seja, percebendo-o como lugar onde se estabelecem relações sociais, com suas culturas, seus valores, tradições, modos de vida de seus habitantes e da relação que estabelecem com a natureza.

A Educação Ambiental contribui para reforçar nos sujeitos o sentimento de pertencimento ao meio, reconhecendo e reforçando a importância de sua identidade social. Nesse sentido, dentro da perspectiva da educação ambiental para as escolas localizadas nas áreas rurais, precisariam ser trabalhados conteúdos que contribuíssem para a construção da identidade de uma escola voltada para seus sujeitos.

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

O processo de Educação Ambiental, como em geral ocorre com todo o processo educacional, exige a participação de todos os professores e professoras, o que implica em tarefa didática e pedagógica. Cabe ao professorado e demais pessoas ligadas ao ensino, possibilitar a aquisição de conhecimentos relativos ao ambiente, tendo em vista a realidade do local em que a escola está inserida. Isto pode ser feito através de informações e as diferentes experiências sobre problemas ambientais. Dias (1992) em seu livro, sobre

Educação Ambiental alega que “*o Brasil não tem uma política para a chamada Educação Ambiental*”.

Inédita na América Latina, após quase cinco anos de tramitação no Congresso Nacional, finalmente foi aprovada pelos parlamentares e sancionada pelo Presidente da República a Política Nacional de Educação Ambiental. O Presidente Fernando Henrique Cardoso vetou o artigo 18, que previa a destinação de pelo menos 20% da arrecadação das multas ambientais para ações em educação ambiental. A Lei nº 9795, de 1999, seria, na prática, uma regulamentação do inciso VI do artigo 225 da Constituição Federal (1998) e consolida, legalmente, temas significativos e debatidos pelos educadores, como os citados nos subtópico a seguir.

INTERDISCIPLINARIDADE E DIREITO COLETIVO

A Educação Ambiental (EA) deve estar presente em todos os níveis de ensino, como prática educativa integrada, não se constituindo em disciplina específica, à exceção dos cursos de pós-graduação. Todos têm direito à educação ambiental, que deve ser promovida pelo Poder Público, instituições educativas, órgãos do Sisnama (Sistema Nacional de Meio Ambiente), meios de comunicação, empresas, entidades de classes e sociedade como um todo.

SUSTENTABILIDADE E CAPACITAÇÃO

Entre os princípios básicos da EA são listados o enfoque holístico, democrático e a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre meio natural, socioeconômico e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. As atividades da EA devem ser desenvolvidas na educação formal, informal e não-formal, por meio da produção de material educativo, pesquisas e capacitação de recursos humanos que incorpore a dimensão ambiental na formação dos educadores em todos os níveis e modalidades de ensino.

ÓRGÃO GESTOR

A execução dessa política ficará a cargo de um órgão gestor definido na regulamentação da lei, no prazo de 90 dias da sanção presidencial. Está previsto em lei a

importância de ser inserido os estudos de educação ambiental no currículo durante a formação dos professores de todas as disciplinas, ou ainda que exista educação continuada relacionada ao meio ambiente.

Observado sua preocupação com a situação ambiental na zona urbana e na zona rural, torna-se cada vez mais pertinente a busca do entendimento sobre os fatores que interferem nessa situação sob os aspectos econômicos, social, político e ecológico. Os professores com tal conhecimento serão capazes de criar, em suas aulas, novos padrões de condutas para a preservação e melhoria do meio ambiente.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Esta nova sociedade exige, a cada dia, um nível de exigência elevado na qualificação dos profissionais da educação. A sociedade precisa de cidadãos/cidadãs, em todas as profissões, capazes de questionar, analisar, criticar, enfim de participar de forma atualizada dos rumos da sociedade: Acredita-se que o professor com competência ambiental seria aquele fundamental nestes tempos futuros da sociedade informática. A questão ambiental traz novos elementos para as estruturas conceituais de currículo, propõe uma superação das barreiras entre as disciplinas.

Segundo Reigota (1994), é consenso entre a comunidade internacional que Educação Ambiental deve estar presente em todos os espaços que dotam os cidadãos de aprendizado – formal, não formal ou informal.

Uma formação bastante crítica dos quadros acadêmicos das universidades diretamente envolvidas com a questão ambiental, constituem uma contribuição objetiva para oferecer melhoras na situação ambiental local, nacional e global. Contudo, determinadas disciplinas poderiam trabalhar a questão da Educação Ambiental, como a integração para a interdisciplinaridade.

Não somente as matérias das ciências ambientais (Biologia e Geografia), mas também as de ciências sociais (História e Pedagogia) deveriam ter esse privilégio. Os cursos como Matemática e Letras (Português/Inglês e Português/Literatura) também debateriam a Educação Ambiental.

Percebe-se que os currículos parecem estar fragmentados nas questões atuais, em temáticas como: sexualidade, saúde, cidadania, violência, tecnologia da informação, tecnologia educacional. É necessário que haja outros meios mais atraentes de se debater

e ensinar as questões ambientais, isso será possível através da educação continuada na formação dos professores de todas as disciplinas.

Dessa forma, professores, conscientes de seu papel, podem desenvolver o seu compromisso com o futuro, pela preservação do Planeta, pela sobrevivência dos povos e das nações na melhoria da qualidade de vida. Como cidadãos conscientes, por sua vez, construir alterações profundas – de idéias, de comportamento, nas atitudes, nos valores – para construção do “Mundo novo em um consenso social”, que, por sua vez, poderia catalisar políticas públicas efetivas.

Reigota (1994) é categórico quando afirma ser a escola o local privilegiado para a realização da Educação Ambiental – desde que se dê oportunidade à criatividade... E assim deve ser: o aprendizado poderá ser ministrado nos parques, reservas ecológicas, associações de bairros, universidades, sindicatos, meios de comunicação de massa, mas, nenhum espaço, na opinião do autor, é tão perfeito quanto a escola.

Bem melhor se a educação ambiental for trabalhada na escola em todas as vertentes, socializada em todas as disciplinas, pois cabe a todos os educadores a responsabilidade de acordar o aluno para o bom senso de descobrir dentro de si a autoconfiança e potencialidade para o exercício de sua cidadania, desencadeando posturas e atuações mediante as dificuldades socioambientais.

A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO E A GERAÇÃO À TRANSFORMAÇÃO

A construção de um currículo deve levar em conta o indivíduo, a sua sociedade e a sua história de forma a criar uma situação de um compromisso que possa gerar a transformação. No entanto, a inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares, as práticas pedagógicas correspondentes, vêm esbarrando na falta de identificação de conteúdos apropriados, estratégias educacionais mais dinâmicas, eficazmente lúdicas e de socialização mais interessante. Vêm sendo estranguladas pelas classes multisseriadas; pelo enorme abismo que separa o interesse do professor pela introdução de práticas pedagógicas correlatas com o meio ambiente; enfim, inviabilizadas pelas salas de aula sem carteiras, sem paredes, sem portas... questões anatematizadas da própria educação brasileira.

O profissional de educação que se capacite em Educação Ambiental, pressupostamente, deve ser capaz de aplicar práticas sócio pedagógicas, não só no seu

ambiente escolar, mas, em qualquer segmento da sociedade, com o escopo que se estabelece na temática ambiental. No ensino fundamental, as habilitações dos professores são oriundas das secretarias, as quais desenvolvem projetos relativos aos procedimentos pedagógicos, metodologias, relação aluno/professor, conteúdos programáticos desenvolvidos, correlação estabelecida com outras áreas de conhecimento, dentre outras atividades. Requer formação continuada, bem como um projeto pedagógico altamente delineado.

Deste modo, a escola ao propor o desenvolvimento do currículo escolar voltado para a questão ambiental, deve proporcionar a participação de todos no processo de sua construção execução, tendo os alunos como sujeitos do processo. Os conteúdos precisam ser revistos para que os mesmos convirjam entre as disciplinas de forma interdisciplinar, além de terem sua importância dentro da Educação Ambiental. A Educação Ambiental precisa ser entendida como uma importante aliada do currículo escolar na busca de um conhecimento integrado que supere a fragmentação tendo em vista o conhecimento emancipação.

Autores como Pelicioni e Philippi Jr. (2005), salientam que “não existe educação ambiental se ela não se efetivar na prática, na vida, a partir das necessidades sentidas”. Sabe-se que, o bom mestre é aquele que provoca questionamentos, muito mais do que aquele que municia os alunos de respostas. Docentes com essa postura embotada tendem a se diluir em sua própria mediocridade, dando lugar a educadores que inquietam, que aguçam, que estimulam o imaginário ambientalista dos alunos, levando-os reflexões que proporcionem a edificação e consolidação de respostas para os conflitos socioambientais do nosso planeta.

CONCLUSÃO

Considerando o que foi abordado nesse artigo, mostrou-se que o professor enquanto profissional da educação deve fazer um trabalho em que consiga quebrar barreiras diante do grande desafio que o presente século trouxe para a população presente e para as futuras gerações. Nesse sentido, o professor deve atuar no espaço educacional atrelado numa formação em que busque promover a consciência ambiental e que essa corrente seja refletida também fora do espaço escolar, pois a escola deve exercer seu papel

de formadora e transformadora a partir de atividades que venham convergir para a criação de uma sociedade muito mais justa e fraterna.

É preciso que a escola exerça seu papel diante das questões ambientais e estando sempre propícia à formação e desenvolvimento da consciência ambiental, promovendo palestras, seminários e superando os desafios e ao mesmo tempo convergindo a um modelo de ensino em que aflore a conscientização e a preservação para o meio ambiente.

Para tanto, é preciso que semeie juntamente com a comunidade e o corpo docente estratégias que resultem em questões que favoreçam um processo de ensino que conduza a uma aprendizagem que leve em conta as questões da localidade, avaliando problemas e buscando soluções que venham diminuir os impactos sofridos pelo meio ambiente. Dessa a escola representa o melhor cenário para debate e apontamentos de soluções que mostrem a importância de exercer a cidadania e o respeito pelo meio ambiente.

Foi pensando nesse contexto que a temática formação de professor e a educação do campo: reflexões sobre educação ambiental é que se buscou um desenvolvimento que mostre a importância que o professor possui, sendo o protagonista do ensino e, portanto, mobilizar para exercer seu papel de verdadeiro educador com estratégia que busque conscientização diante dos grandes impactos ambientais que a natureza tem sofrido.

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. S. Implementação da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico para o meio rural. In: **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora: SOBER, 2003. CD-ROM.

ARROYO, Miguel G. e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Coleção Por uma Educação Básica do Campo. Nº 02. Brasília: 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, R. H. P de & VASCONCELOS, M.L M.C. **Conceitos de Educação em Paulo Freire**. Petrópolis. São Paulo, SP - Mack Pesquisa-Fundo Mackenzie de Pesquisa, 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2005 p. 13-53.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 34-39

CALDART, R.S. **Momento atual da Educação do Campo**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário NEAD/MDA), 2005.

CRUZ, Cláudia Anastácio Coelho. **Discurso ambiental e planejamento territorial na Região Sudoeste da Bahia**: limites e possibilidades. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas** – São Paulo, Ed. Gaia, 1992.

FONSECA, Maria Rosa; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **A educação do campo: uma realidade construída historicamente**. In: GHEDIN, Evandro(org). O vôo da Borboleta. Manaus: UEA/Ed Valer, 2008, p. 13-38.

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – Seplan, 1998.

JESUS, Cláudio Portilho de et al. **Educação ambiental**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2007.

KOLLING, E. J.; NERY I. I. J.; MOLINA M. C. (orgs). **Por uma educação básica no campo**. 3ª edição. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002, 64 p.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI Jr., Arlindo. **Educação ambiental e sustentabilidade**. (Col. Ambiental).

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TRAVASSOS, Edson Gomes. **A prática da educação ambiental nas escolas**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

Recebido em: 01/03/2022

Aprovado em: 30/03/2022

Publicado em: 04/05/2022